



Quadro de Ação Prioritário Rede Natura 2000 (PAF) – Região Autónoma dos Açores



Governo dos Açores



Secretaria Regional dos Recursos Naturais

Lisboa, 24 de janeiro de 2014

SIC's

SÍTIOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Corvo
Flores

Graciosa
Faial
São Jorge
Pico
Terceira

MENEZ GWEN

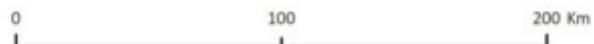
LUCKY STRIKE

TRONQUEIRA/GRAMINHAIS

São Miguel

Santa Maria

Sítios de Interesse Comunitário (SIC'S)	3 SIC'S Área total -30659,69 ha Área Terrestre -2010,63 ha Área Marinha - 28649,06 ha
---	--



ZEC's



Corvo
COSTA E CALDEIRÃO

COSTA NORDESTE

Flores
ZONA CENTRAL - MORRO ALTO



Zonas de Especial Conservação (ZEC'S)

23 ZEC'S
 Área total – 33568,78 ha
 Área Terrestre -24537,82 ha
 Área Marinha – 9030,96 ha
 % território regional: 10,57%



Escala 1:2.500.000
 Base Cartográfica do IGeoE (2000)

ZONAS DE ESPECIAL CONSERVAÇÃO - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Governo dos Açores

Corvo

COSTA E CALDEIRÃO

Flores

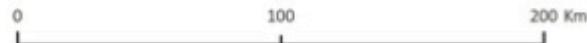
COSTA NORDESTE

COSTA SUL E SUDOESTE

ZPE's



Zonas de Proteção Especial (ZPE'S)	15 ZPE'S Área total - 16189,66 ha Área Terrestre - 16176,80 ha Área Marinha - 12,86 ha % território regional: 6,97%
------------------------------------	---



Escala 1:2.500.000
 Base Cartográfica do IGeoE (2000)

ZONAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Diretiva Habitats:

Valor	Terrestre (N°)	Marinho (N°)		N° Total
Fauna	2	34●	Mamíferos – 30 (2 morcegos e 28 mamíferos marinhos)	36
			Répteis – 5 (tartarugas) 2 espécies prioritárias (*)	
			Invertebrados - 1 (cavaco)	
Flora	32	0	6 espécies prioritárias (*)	32
Habitats	26	3	9 habitats prioritários (*)	29

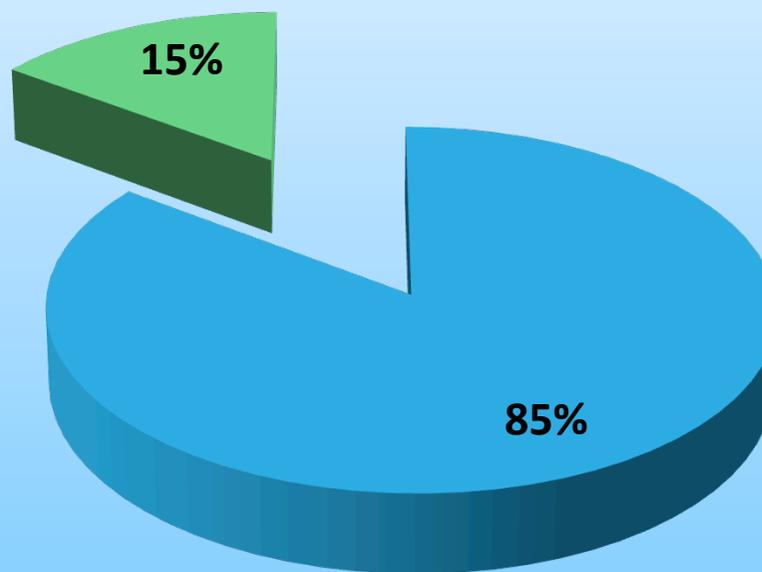
• **Nota:** Destas 34 espécies marinhas, existem 21 consideradas como ‘presentes’ e 13 de ocorrência ocasional nas águas do mar dos Açores.

Diretiva Aves:

Valor	Terrestre (N°)	Marinho (N°)	N° Total
Aves	24	10	34

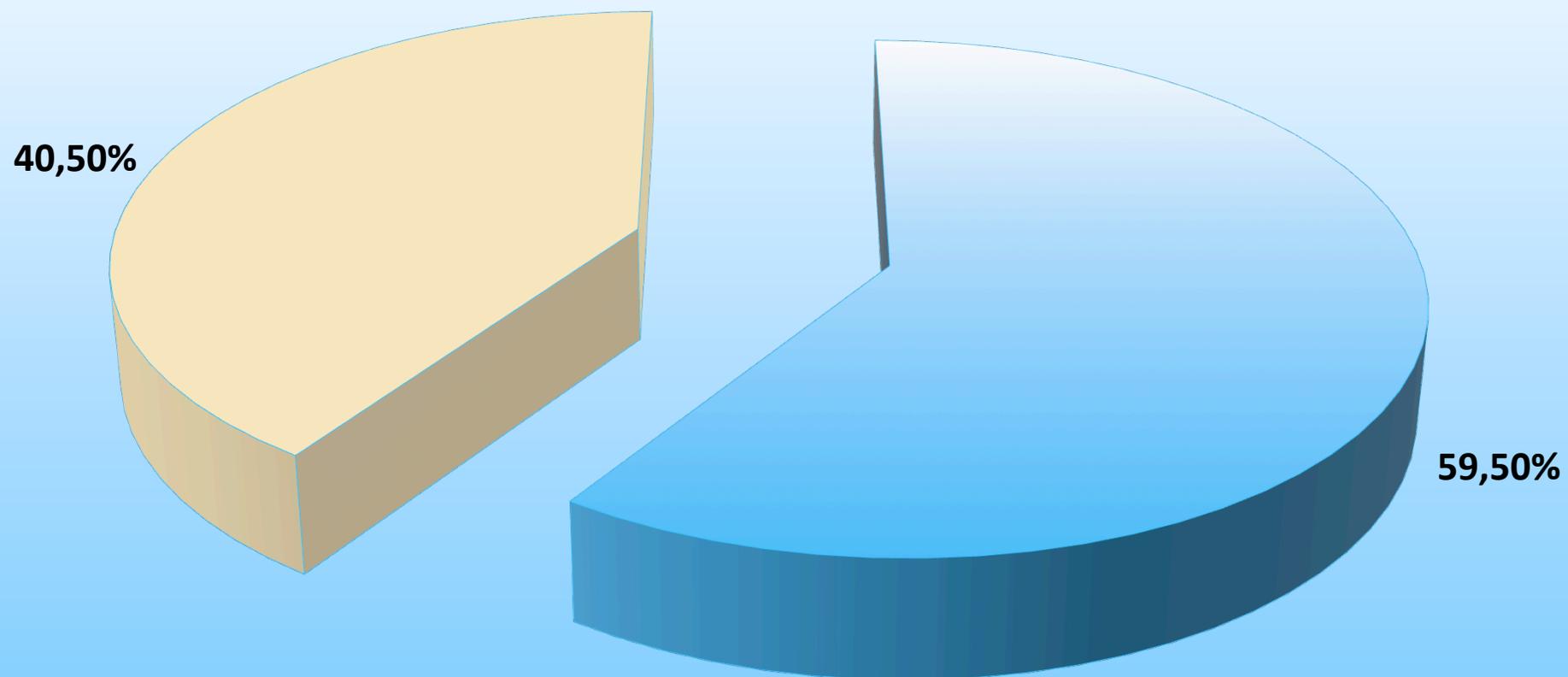


Percentagem de área terrestre dos Açores versus área terrestre da RN 2000



■ Área Terrestre dos Açores ■ Área Terrestre RN 2000

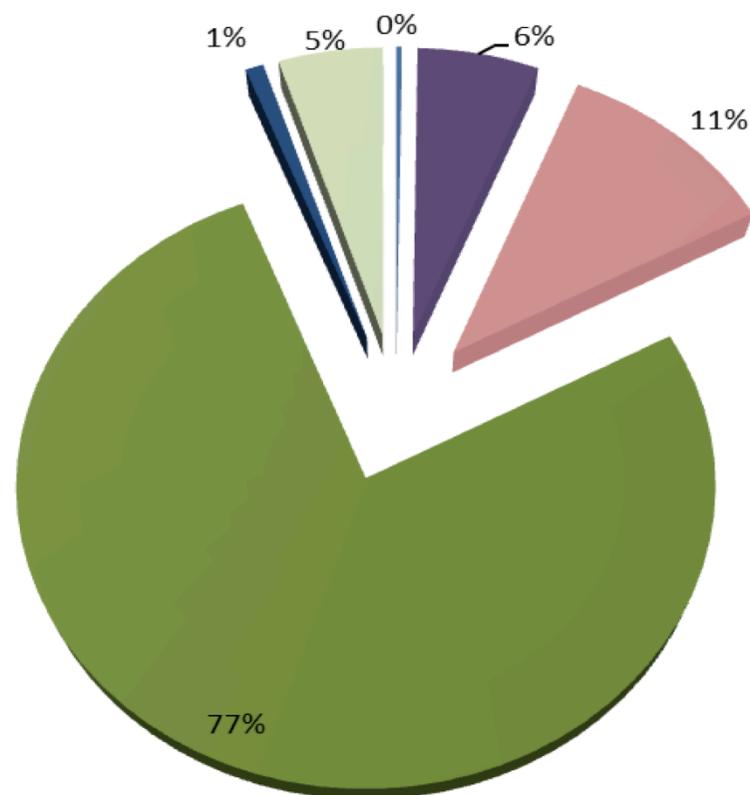
Rede Natura 2000 Percentagem áreas públicas e privadas



■ % Área Pública

■ % Área Privada

Ocupação do Solo na RN 2000



- Áreas Rurais, Urbanas e Industriais
- Áreas agrícolas
- Floresta de Produção
- Áreas Naturais
- Lagoas
- Pastagens Permanentes



Estado de Conservação das Espécies e Habitats

Fonte: Relatório do art. 17º da Diretiva Habitats para o período 2001-2006



	HABITATS					ESPÉCIES				
	FV	U1	U2	XX	NA	FV	U1	U2	XX	NA
Macaronésia (Açores)	10	11	5	0	0	8	11	14	1	0
Mar da Macaronésia (Açores)	3	0	0	0	0	0	8	0	25	1



Região/ Conclusão	HABITATS Macaronésia (Açores)					ESPÉCIES Mar da Macaronésia (Açores)				
	FV	U1	U2	XX	NA	FV	U1	U2	XX	NA
'Range'	21	4	1	0	0	13	8	9	4	0
Área / População	17	5	4	0	0	8	9	13	4	0
Estrutura / Habitat	12	11	3	0	0	10	11	8	5	0
Perspetivas Futuras	19	4	3	0	0	10	12	10	2	0



Região/ Conclusão	HABITATS Macaronésia (Açores)					ESPÉCIES Mar da Macaronésia (Açores)				
	FV	U1	U2	XX	NA	FV	U1	U2	XX	NA
'Range'	3	0	0	0	0	5	0	0	28	1
Área / População	3	0	0	0	0	0	0	1	32	1
Estrutura / Habitat	3	0	0	0	0	1	0	1	31	1
Perspetivas Futuras	3	0	0	0	0	7	8	0	18	1



FV – Favorável ; U1 – Desfavorável/Inadequado ; U2 – Desfavorável/Mau; XX - Desconhecido; NA – Não reportado

Principais Pressões e Ameaças – Espécies & Habitats

Fonte: Relatório do art. 17º da Diretiva Habitats para o período 2001-2006

Macaronésia (MAC):

Categoria da Pressão/Ameaça	HABITATS (MAC)		SPECIES (MAC) 38	
	Pressões Atuais	Ameaças Futuras	Pressões Atuais	Ameaças Futuras
Agricultura, Floresta	23	18	26	28
Pesca, captura e colheita	6	5	13	11
Mineração e extração de minerais	11	1	1	0
Urbanização, industrialização e atividades similares	14	9	7	4
Transportes e comunicação	17	16	23	22
Lazer e turismo	17	16	23	22
Poluição e outros impactos/atividades humanas	13	11	12	11
Alterações antropogénicas introduzidas nas zonas húmidas e ambientes marinhos	15	11	17	18
Processos naturais (bióticos e abióticos)	20	21	31	31



Mar da Macaronésia (MMAC):

Categoria da Pressão/Ameaça	HABITATS (MMAC) 3		SPECIES (MMAC) 34	
	Pressões Atuais	Ameaças Futuras	Pressões Atuais	Ameaças Futuras
Agricultura, Floresta	0	0	0	0
Pesca, captura e colheita	0	0	18	18
Mineração e extração de minerais	0	2	0	0
Urbanização, industrialização e atividades similares	0	2	0	0
Transportes e comunicação	0	2	11	11
Lazer e turismo	2	2	22	22
Poluição e outros impactos/atividades humanas	3	3	27	27
Alterações antropogénicas introduzidas nas zonas húmidas e ambientes marinhos	1	1	20	20
Processos naturais (bióticos e abióticos)	0	3	0	3



Instrumentos Legais Relevantes

Plano Sectorial da Rede Natura 2000

- *Decreto Legislativo Regional N.º 20/2006/a de 6 de junho*

O Plano Sectorial da RN 2000 identifica para cada área (SIC e ZPE) as principais ameaças, seus impactes e respetivas medidas minimizadoras e preventivas por sector de atividade.

Este Plano define e identifica as linhas estratégicas a aplicar às áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 que tenham como enquadramento legal o regime aplicável às ZEC e ZPE que decorrem do DL 140/99 de 24/04, republicado pelo DL 49/2005 de 24/02 (diploma que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas Aves e Habitats)



Instrumentos Legais Relevantes

Regime Jurídico da Classificação, Gestão e Administração das Áreas Protegidas
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho

Criou um modelo assente em critérios de gestão que uniformiza a diversidade de designações das áreas classificadas como protegidas e concentra competências numa unidade territorial de ilha enquanto unidade base de gestão.

Decorrente da aplicação deste diploma foram criados 9 Parques Naturais de Ilha e o Parque Marinho do Arquipélago dos Açores.



Instrumentos Legais Relevantes

Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2002/a de 2 de abril

Este diploma além de rever e criar diversa legislação regional, transpõe para o direito regional as diretivas europeias relevantes e estabelece as condições para a aplicação no território dos Açores das diversas convenções internacionais sobre proteção da biodiversidade e dos habitats de que Portugal é signatário.



Instrumentos Legais Relevantes

Observação de cetáceos

- *Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A de 22 de Março*

Em 2004 a Região Autónoma do Açores procedeu à elaboração dos Planos de Gestão para a Rede Natura 2000 onde foram estabelecidas orientações de gestão para as áreas e valores naturais.



Utilização de Instrumentos de Financiamento da UE

A Região Açores utilizou, dentro das suas capacidades orçamentais, o máximo dos Instrumentos Financeiros da UE disponíveis, nomeadamente do FEDER, FEADER, FEP, LIFE+.

Registe-se que no âmbito do FEADER, que é a principal fonte de financiamento do desenvolvimento rural, para a medida “Pagamentos Natura 2000 em Terras Agrícolas” não foram apresentadas candidaturas.

Os montantes dos prémios pagos, quer nos pagamentos Natura 2000 – Terras Agrícolas quer nos pagamentos Natura 2000 - Terras florestais são pouco atrativos e insuficientes para manter os compromissos implícitos, pelo que os investimentos não produtivos associados são fundamentais para a dinamização da Ação.

Torna-se necessário adequar o apoio financeiro para as medidas de interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Prioridades de intervenção

As prioridades de intervenção visam os objetivos e metas de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, consagrados na “Estratégia Europa 2020”, onde a preservação do património natural, a qualidade ambiental dos Açores e a utilização sustentável dos recursos naturais e mais amiga do ambiente são objetivos e metas essenciais.



As intervenções assentam em quatro grandes áreas:

- **Gestão e Valorização da Rede Natura 2000 e da Rede Regional de áreas protegidas;**
- **Reforço do conhecimento da biodiversidade e sua monitorização e Vigilância;**
- **Preservar e recuperar o património natural e a diversidade biológica;**
- **Promoção do desenvolvimento harmonioso e sustentável do território.**



Gestão e Valorização da Rede Natura 2000 e da Rede Regional de áreas protegidas

- **Avaliar e rever o Plano Sectorial da RN 2000 e demais instrumentos de gestão territorial com incidência na RN 2000 e na Rede Regional de Áreas Protegidas;**
- **Implementar no terreno os Planos de Ação para a conservação das Espécies e Habitats;**
- **Fomentar a utilização sustentável dos espaços;**
- **Elaborar num Sistema SIG a cartografia de todos os ecossistemas e seu estado de conservação e com mapeamento permanente de todas as ações que afetam o território e os ecossistemas, em particular, alterações de uso e morfologia do solo, cortes e plantações de espécies naturais e exóticas;**
- **Dotar as estruturas de gestão da RN 2000 e das Áreas Protegidas de meios humanos eficazes e eficientes;**
- **Elaboração de um Plano de Formação sobre os valores patrimoniais e fundamentos legais da RN 2000 e da Rede Regional de Áreas Protegidas;**
- **Implantação de um sistema de sinalização que permita a identificação e interpretação dos locais e dos objetivos de conservação associados.**
- **Implementação de Planos de Gestão para as áreas marinhas da Rede Natura 2000, no contexto dos Parques Naturais de Ilha;**
- **Aprofundamento da legislação para a proteção das espécies e habitats.**

Reforço do conhecimento da biodiversidade e sua monitorização e Vigilância

- **Colmatação de lacunas de conhecimento sobre a distribuição e estado de conservação de espécies e habitats protegidos;**
- **Intensificar o conhecimento sobre os aspetos demográficos e comportamentais de espécies marinhas classificadas relevantes para a conservação;**
- **Monitorização sistemática das espécies e habitats, incluindo a participação pública, em particular dos prioritários com implementação de indicadores do seu estado de conservação e do impacto das atividades humanas no seu estado de conservação;**
- **Incrementar a fiscalização regular e a implementação de novos sistemas de fiscalização (incluindo remota; p.e. AIS**
- **Reforço do Sistema de Vigilância da RN 2000, nomeadamente dotando o Corpo de Vigilantes da Natureza, o Corpo de Guardas Florestais, a Inspeção das Pescas e a Inspeção do Ambiente com meios humanos e materiais que permitam uma atividade mais eficaz e eficiente;**
- **Reforçar a integração dos conceitos da Política da Conservação da Natureza e do Desenvolvimento Sustentável nas diversas políticas sectoriais.**

Preservar e recuperar o património natural e a diversidade biológica

- Assegurar a conservação de espécies endémicas ameaçadas;
- Executar ações de monitorização e controlo das espécies exóticas invasoras de fauna e flora;
- Executar ações de recuperação de espécies e habitats prioritários;
- Executar ações de conservação *ex-situ*, nomeadamente na recolha e conservação de sementes de 80% das espécies endémicas em todas as Ilhas dos Açores, no Banco de Germoplasma do Jardim Botânico do Faial.



Promoção do desenvolvimento harmonioso e sustentável do território

- Promover a melhoria das condições de exploração sustentável e rentabilidade dos agentes das atividades inseridas na RN 2000, nomeadamente no sector agrícola, florestal e dos serviços, em particular no ligado á atividade turística;
- Promover a eficiência energética e a produção de energias alternativas;
- Promover a sensibilização das populações e dos agentes locais para os valores patrimoniais da RN 2000 e da sua mais valia como instrumento da melhoria das suas condições de vida numa perspetiva de desenvolvimento sustentável;
- Sensibilizar os agentes locais para os sistemas de apoios ao desenvolvimento rural, inseridos nos diversos programas regionais e comunitários;
- Construção, dinamização e manutenção de centros regionais de interpretação ambiental marinha;
- Promoção da sustentabilidade das atividades marítimo-turísticas e de natureza, pela sensibilização de empresas e de clientes para as questões da conservação;
- Promoção ambiental marinha através de iniciativas de divulgação pública de informação relevante para a conservação da natureza (ex. Campanha SOS Cagarro e Açores Entre-Mares);





Estimativa de Necessidades de Financiamento Anual (24 965.000 €)

- Estabelecimento de Sítios da RN 2000	750 000 €
- Gestão e Planeamento	5.750.000 €
- Medidas de Gestão e Monitorização em Curso	14.065.000 €
- Custos de Investimentos	4. 4000.000 €

Algumas atividades relevantes



Estabelecimento de Sítios da RN 2000

Estudos Científicos / Inventariação de Sítios

500 000 €

Projetos Piloto

150 000 €



Planeamento e Gestão

Manutenção de equipamentos de acesso público e utilização dos locais, Centros de interpretação, observatórios e quiosques, etc., incluindo custos relacionados com guias, mapas, pessoal

Elaboração e atualização dos planos de gestão e de ação e cartas de uso do solo, auscultação pública, workshops, etc

4.000.000 €

500.000 €

Medidas de gestão e monitorização de habitats

Manutenção de equipamentos de acesso público e utilização dos locais, Centros de interpretação, observatórios e quiosques, etc., incluindo custos relacionados com guias, mapas, pessoal	4.000. 000 €
Medidas de combate e controlo de espécies exóticas invasoras (IAS),	1.500. 000 €
Implementação de esquemas de gestão da biodiversidade e de acordos com os proprietários e gestores de terra ou de água.	2.000. 000 €
Prestação de serviços: compensação por perda de direitos e perda de rendimento	3.500.000 €
Monitoração e inventariação de atividades, desenvolvimento de planos, métodos e equipamentos de monitorização e formação de pessoal.	5.000. 000 €



Custos de Investimentos

Aquisição de Terrenos de interesse para a Biodiversidade. 3.000. 000 €

Construção de Infraestruturas necessárias para o restauro de habitats ou de espécies, incluindo a aquisição de equipamentos. 1.000. 000 €

Medidas prioritárias para promoção do turismo e emprego sustentável:

- Criação de um sistema de classificação das empresas marítimo-turísticas;
- Promoção ambiental marinha (ex. eventos e campanhas de sensibilização anuais, ações de publicidade, manutenção da classificação 'QualityCoast').



Acompanhamento, avaliação e atualização dos PAFs:

- No Curto e médio prazo (2013-2017) prevêem-se três momentos relevantes de avaliação e revisão desta PAF:

2013-2014

- Após a conclusão dos processos de programação dos diversos fundos do Quadro Estratégico Comum e visando sobretudo detalhar e complementar (onde relevante) as medidas prioritárias do presente documento.

2013-2014

- Após a análise detalhada do exercício de avaliação da aplicação das Diretivas Aves e Habitats até 2012 e atualizando a informação relativa ao estado de conservação das espécies e habitats naturais protegidos por aquelas Diretivas.

2015

- Aquando da conclusão do processo de designação das Zonas Especiais de Conservação das regiões Atlântica e Mediterrânica.

2017

- A conclusão de projetos e iniciativas estruturantes previstas neste documento, bem como os resultados decorrentes de planos de ação e programas de monitorização poderão fundamentar revisões ad-hoc do PAF, para além de uma revisão intercalar.



Muito Obrigado

Lisboa, 24 de Janeiro de 2014

Emanuel J. F. Verissimo
Maria José Bettencourt
Ana Filipa Sousa

Secretaria Regional dos Recursos Naturais

Governo Regional dos Açores